

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2015

Conteúdo

Comentário de desempenho	3
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às informações trimestrais	13
Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais	44
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes	45

Comentário de desempenho

Ao longo de 2015 a Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”) consolidou pilares importantes em seu plano de negócios de longo prazo que têm sido particularmente importantes no cenário atual de desafios macroeconômicos, acirramento de competição e pressão inflacionária e de custo de *funding*.

Encerramos o período findo em 30 de setembro de 2015 com uma situação patrimonial confortável: a frota atingiu valor FIPE de R\$ 97.100 (distribuídos numa frota total de 2.772 veículos) para uma dívida líquida de R\$ 45.806.

O patrimônio líquido de R\$ 41.198 evidencia um nível de alavancagem bastante baixo e que nos assegura flexibilidade financeira relevante e solidez mesmo em um cenário de perspectiva econômica desfavorável por um período mais duradouro.

Com a emissão de debêntures no primeiro trimestre alongamos o perfil do endividamento da Companhia de forma importante. Em 30 de Setembro, 73,6% do endividamento bruto estava no longo prazo. Como consequência disto, o serviço total de nossa dívida é coberto integralmente pelo fluxo de caixa operacional e o fluxo programado para venda de veículos. Novas contratações de dívida terão como objetivo apenas o crescimento de frota almejado para os próximos períodos.

Com esta carteira, a receita líquida de aluguel de veículos atingiu R\$ 26.115, representando aumento de 10,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este faturamento é suportado por uma carteira diversificada de pouco mais de 146 clientes ativos em todo território nacional e com boa diversificação nos diversos setores de atuação. Os contratos são de longa duração, com prazo médio de 28 meses.

A receita bruta de venda de veículos por sua vez atingiu R\$ 17.804, aumento de 81% em relação ao mesmo período do ano anterior devido ao maior número de veículos em término de contrato. Todos os veículos foram vendidos através de parceiros lojistas (atacado). As margens obtidas com a venda destes veículos estiveram dentro das expectativas e consistentes com a política de *pricing* da Companhia. O índice de renovação de contratos está dentro dos parâmetros esperados e dos objetivos para este ano.

O EBITDA recorrente (ajustado) do período atingiu R\$ 11,6 MM. A redução em relação ao mesmo período do ano passado foi de R\$ 0,9MM em 9 meses devido ao aumento da estrutura fixa comercial no primeiro semestre deste ano e a maior idade média da frota o que fez crescer os custos de manutenção.

	30/09/2015	30/09/2014
Prejuízo do período	<u>(4.782)</u>	<u>1.396</u>
(+) Imposto de renda e contribuição social diferidos	(735)	(561)
Lucro (prejuízo) antes de impostos	<u>(4.047)</u>	<u>1.957</u>
(+) Despesas financeiras, líquidas	9.365	4.965
(+) Depreciação	5.677	5.767

EBITDA	<u>10.995</u>	<u>12.689</u>
Despesas não recorrentes do período		
(+) Listagem/emissão de debêntures	222	-
(+) Baixa de contas a receber incobráveis	731	-
EBITDA ajustado	<u>11.948</u>	<u>12.689</u>

Ao realizar o crescimento projetado para os próximos períodos estes efeitos serão naturalmente mitigados com a diluição de custos fixos pelo crescimento e também pelo menor custo de manutenção relativo ao ativo total através da renovação da frota.

Em adição a estes fatores, tivemos o aumento da taxa básica de juros e as despesas associadas ao pré-pagamento do endividamento de curto prazo (totalizando aproximadamente R\$ 1.500) que também contribuíram para o resultado antes de impostos negativo de (R\$ 4.047) nos primeiros nove meses de 2015. Sem estes efeitos não recorrentes, o resultado seria negativo em (R\$ 2.547) no período.

Para reversão do resultado, considerando-se o *run-rate* de Setembro/15, necessitamos de um incremento modesto de frota para atingirmos o patamar a partir do qual a Maestro voltará a apresentar lucro.

Com este objetivo imediato, estamos trabalhando em várias e diversificadas frentes para o rápido retorno da rentabilidade desejada, tais como:

- 1) Aquisição de empresas do setor a fim de rapidamente aumentar a escala, trazendo ainda maior diversificação de clientes.
- 2) Readequação da estrutura fixa.
- 3) Diversificação de produtos/serviços e atuação em projetos maior retorno sobre capital investido, como por exemplo, caminhões.
- 4) Diminuição do custo direto com redução de manutenção pela renovação da frota.

São desafios relevantes para o atingimento deste objetivo de mais curto prazo, a crescente pressão competitiva que tem particularmente se acirrado em 2015 e que se coloca como obstáculo tanto para a renovação da atual base de clientes como para o crescimento da carteira e os eventuais os reflexos da conjuntura macroeconômica na disponibilidade e preço de *funding*.

Com fundamentos sólidos, estamos preparados para suportar com segurança condições de mercado adversas pelo futuro previsível preservando ao mesmo tempo a flexibilidade e os elementos de negócio essenciais para a continuidade do crescimento da Companhia.



KPMG Auditores Independentes
Av. Dionysia Alves Barreto, 500 -
10º andar - Cj. 1001 - Centro
06086-050 - Osasco, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 3736-1260
Fax Nacional 55 (11) 2183-3072
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Maestro Locadora de Veículos S.A.
Embú das Artes - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.




Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Osasco, 13 de novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Balancos patrimoniais em 30 setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo		30/09/2015	31/12/2014	Passivo		30/09/2015	31/12/2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	12.914	9.969	Fornecedores	17	1.348	749
Aplicações financeiras de uso restrito	11	882	6.608	Empréstimos e financiamentos	18	5.184	34.977
Contas a receber de clientes	12	6.231	5.552	Debêntures a pagar	20	11.646	-
Veículos em desativação para renovação da frota	13	3.778	1.789	Consórcios a pagar	21	-	658
Impostos a recuperar		907	520	Salários, encargos e contribuições sociais		492	482
Despesas antecipadas	14	1.444	751	Obrigações tributárias		281	423
Outras contas a receber		916	335	Outras contas a pagar		1.309	437
Total do ativo circulante		27.072	25.524	Total do passivo circulante		20.260	37.726
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos			
Aplicações financeiras de uso restrito	11	4.096	3.305	18	7.856	16.027	
Contas a receber de clientes	12	608	954	20	39.012	-	
Depósitos judiciais	22	125	126	21	-	134	
Impostos a recuperar		415	415	22	112	112	
Despesas antecipadas	14	300	114	Total do passivo não circulante		46.980	16.273
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	713	1.448				
Total do Realizável a longo prazo		6.257	6.362	Patrimônio líquido			
Imobilizado	16	75.082	67.483	23	51.735	51.135	
Intangível		27	10		(10.537)	(5.755)	
Total do ativo não circulante		81.366	73.855	Total do patrimônio líquido		41.198	45.380
Total do ativo		108.438	99.379	Total do passivo e patrimônio líquido		108.438	99.379

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2015 a 30/09/2015	01/01/2014 a 30/09/2014
Receita líquida	25	14.681	10.828	43.919	33.278
Custos de locação e venda de veículos	26	<u>(10.947)</u>	<u>(7.518)</u>	<u>(31.611)</u>	<u>(21.729)</u>
Lucro bruto		<u>3.734</u>	<u>3.310</u>	<u>12.308</u>	<u>11.549</u>
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais	27	(3.165)	(1.033)	(9.123)	(4.613)
Outras (despesas) receitas operacionais	27	<u>1.025</u>	<u>118</u>	<u>2.133</u>	<u>(14)</u>
		<u>(2.140)</u>	<u>(915)</u>	<u>(6.990)</u>	<u>(4.627)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>1.594</u>	<u>2.395</u>	<u>5.318</u>	<u>6.922</u>
(Despesas) receitas financeiras					
Despesas financeiras	28	(5.064)	(2.269)	(12.939)	(6.897)
Receitas financeiras	28	<u>1.224</u>	<u>976</u>	<u>3.574</u>	<u>1.932</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(3.840)</u>	<u>(1.293)</u>	<u>(9.365)</u>	<u>(4.965)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>(2.246)</u>	<u>1.102</u>	<u>(4.047)</u>	<u>1.957</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>(269)</u>	<u>1.764</u>	<u>(735)</u>	<u>(561)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>(2.515)</u>	<u>2.866</u>	<u>(4.782)</u>	<u>1.396</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (em R\$)	24	<u>(1,45)</u>	<u>1,92</u>	<u>(2,76)</u>	<u>0,93</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	01/07/2015 à 30/09/2015	01/07/2014 à 30/09/2014	01/01/2015 à 30/09/2015	01/01/2014 à 30/09/2014
Lucro líquido (prejuízo) do período	(2.515)	2.866	(4.782)	1.396
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(2.515)</u>	<u>2.866</u>	<u>(4.782)</u>	<u>1.396</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar	Integralizado		
Saldos em 1º de janeiro de 2014		<u>30.535</u>	<u>-</u>	<u>30.535</u>	<u>(7.656)</u>	<u>22.879</u>
Aumento de capital		21.200	(600)	20.600	-	20.600
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.396</u>	<u>1.396</u>
Saldos em 30 de setembro de 2014		<u>51.735</u>	<u>(600)</u>	<u>51.135</u>	<u>(6.260)</u>	<u>44.875</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015		<u>51.735</u>	<u>(600)</u>	<u>51.135</u>	<u>(5.755)</u>	<u>45.380</u>
Aumento de capital	23	-	600	600	-	600
Prejuízo do período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.782)</u>	<u>(4.782)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2015		<u>51.735</u>	<u>-</u>	<u>51.735</u>	<u>(10.537)</u>	<u>41.198</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	30/09/2015	30/09/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.782)	1.396
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	735	561
Depreciação e amortização	5.525	5.708
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	17.565	9.686
Baixa/devolução de imobilizado por roubo e/ou perda total	299	1.007
Encargos financeiros	9.827	5.909
Amortização dos custos de emissão das debêntures	445	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	438	-
Reversão da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(135)	(330)
Baixa de contas a receber incobráveis	736	-
Constituição da provisão para perda dos veículos imobilizados e em desativação para renovação de frota	362	98
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(1.372)	1.361
Aquisições de veículos (vide nota 5m)	(32.685)	(11.827)
Impostos a recuperar	(387)	298
Despesas antecipadas	(879)	(373)
Depósitos judiciais	1	(34)
Outras contas a receber	(581)	163
Fornecedores (exceto montadora)	133	311
Salários, encargos e contribuições sociais	10	-
Obrigações tributárias	(142)	-
Outras contas a pagar	872	489
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	<u>(4.015)</u>	<u>14.423</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras de uso restrito	4.935	(11.628)
Aquisição de outros ativos imobilizados	(169)	(142)
Adição ao ativo intangível	(36)	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos	<u>4.730</u>	<u>(11.770)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos, financiamentos, debentures e consórcios	67.942	28.084
Amortização de empréstimos, financiamentos, debentures, consórcios e arrendamentos financeiros	(51.844)	(34.891)
Integralização de capital	600	20.600
Juros pagos	(14.468)	(7.529)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>2.230</u>	<u>6.264</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>2.945</u>	<u>8.917</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	9.969	7.572
No fim do período	<u>12.914</u>	<u>16.489</u>
	<u>2.945</u>	<u>8.917</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	30/09/2015	30/09/2014
Receitas		
Receita bruta de locação e venda de veículos	46.584	36.044
Outras receitas	2.464	128
Descontos concedidos	(8)	(663)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(438)	-
(Reversão) da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	135	330
	<u>48.737</u>	<u>35.839</u>
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos serviços prestados	(8.847)	(6.379)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.146)	(1.694)
Comerciais e publicidade	(17)	(28)
Resultado na alienação para renovação de veículos da frota e outros ativos imobilizado	(17.565)	(9.686)
	<u>(30.575)</u>	<u>(17.787)</u>
Valor adicionado bruto	<u>18.162</u>	<u>18.052</u>
Depreciação e amortização	<u>(5.525)</u>	<u>(5.708)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>12.637</u>	<u>12.344</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>3.574</u>	<u>1.932</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>16.211</u>	<u>14.276</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>16.211</u>	<u>14.276</u>
Pessoal		
Remuneração direta	2.992	2.138
Benefícios	283	227
F.G.T.S	162	118
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	4.376	3.291
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e despesas Swap	4.171	6.339
Aluguéis	231	208
Juros e despesas sobre debentures	6.864	-
Outras	1.914	559
Remuneração de capital próprio		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(4.782)	1.396

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Maestro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, e foi constituída em 12 de março de 2007, com escritório administrativo localizado na Rua Cenno Sbrighi, 45, Água Branca, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo do Vale, 356 - Salão 3 fundos, Vila Cercado Grande, Embú das Artes, no Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional, no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização segundo bases contratuais por aproximadamente 24 meses e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados. Cabe ressaltar que em 30 de setembro de 2015, a frota da Maestro era composta por 2.772 veículos (2.590 em 31 de dezembro de 2014).

No âmbito operacional, continuamos trabalhando no sentido de garantir a melhoria contínua da eficiência logística e operacional buscando reduzir tanto o número de dias em que o carro é disponibilizado para o cliente quanto o prazo em que o veículo é vendido.

Contamos com uma rede de 2.500 parceiros distribuídos em todo o território nacional tais como oficinas, concessionárias e lojas especializadas.

Na venda do veículo em fim de ciclo, a partir de 2014, utilizamos apenas o canal de venda no atacado garantido desta forma giro mais rápido do estoque, menos custos fixos de estrutura e melhor adequação ao mix atual de veículos da Maestro.

Mantemos parcerias comerciais de longo prazo com as principais montadoras do país, garantindo não só base relativamente diversificada de potenciais fornecedores como também condições gerais competitivas para aquisição de veículos. Este relacionamento tem garantido ao longo dos anos condições comerciais adequadas ao perfil de clientes que buscamos manter e conquistar. Buscamos também a melhoria contínua destas condições de gerais de aquisição de veículos à medida que a Companhia evolui em seu ciclo de negócios.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e às normas CVM

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Estas informações trimestrais incluem todas as informações requeridas para as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), em consonância com normas, orientações e interpretações emitidas pelo CPC.

Estas informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de novembro de 2015.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações trimestrais apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 13** - Veículos em desativação para renovação da frota;
- **Nota explicativa 16** - Imobilizado (depreciação de veículos).

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no período findo em 30 de setembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** - Contas a receber de clientes (movimentação da PECLD);
- **Nota explicativa 13** - Veículos em desativação para renovação da frota;
- **Nota explicativa 15** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 16** - Imobilizado (depreciação de veículos).

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo para reportar ao diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas em técnicas de avaliação.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações trimestrais em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - Veículos em desativação para renovação da frota;
- **Nota explicativa 16** - Imobilizado (valor residual dos veículos);
- **Nota explicativa 30** - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

4 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os veículos em desativação para renovação da frota são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.
- Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os trimestres apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do trimestre.

Ativos financeiros designados pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma estariam classificados como disponíveis para venda. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Aplicações financeiras de uso restrito

Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, consórcio a pagar, fornecedores e outras contas a pagar.

b. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil).

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	30/09/2015	31/12/2014
Veículos ¹	2 - 3 anos	2 - 3 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Móveis em arrendamentos	10 anos	10 anos
Benfeitorias	10 anos	10 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

d. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

¹ A vida útil estimada dos veículos, normalmente é de 2 anos, mas ela pode variar em função do prazo de vigência do contrato de locação e de sua utilização.

f. Veículos em desativação para renovação da frota

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o período em que a frota está alugada a terceiros. Após este período os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização da frota nas atividades de aluguel.

Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos (que seguem o pronunciamento CPC 01 R1), são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

g. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

h. Receita líquida operacional

(i) Receita de locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

(ii) Venda de veículos

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

i. Arrendamentos

(i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- (a)** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- (b)** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do trimestre corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do trimestre, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos trimestres anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas e fechadas.

m. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

As informações trimestrais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC). Os efeitos não caixa que não afetaram a DFC estão apresentadas como divulgação suplementar abaixo:

Divulgação suplementar às informações trimestrais dos fluxos de caixa

	30/09/2015	30/09/2014
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos:		
Aquisições de veículos no período	(33.151)	(16.270)
Fornecedores - Montadoras de veículos (nota 17):		
Saldo no final do período	516	3.096
Saldo no início do período	50	(163)
	466	2.933
Aquisição de veículos por meio de arrendamento financeiro	-	1.510
Caixa pago pela aquisição de veículos	(32.685)	(11.827)

n. Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia efetuou mudança na política de cálculo do valor residual de veículos da frota em locação no trimestre, cujo impacto não foi significativo sobre as informações trimestrais..

6 Determinação do valor justo

Nas políticas contábeis e na elaboração das demonstrações financeiras, há a observância do valor justo dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. Tais valores têm sido apurados conforme os métodos infra citados:

a. Contas a receber de clientes e outras contas a receber

O valor justo de contas a receber de clientes e outras contas a receber é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor principal acrescido dos juros contratados *pro-rata temporis* na data de divulgação dos resultados. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamentos semelhantes.

c. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado.

7 Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de liquidez
- Risco de crédito

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

a. Risco de mercado

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco taxa de juros e de valor residual dos veículos.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade dos mesmos ao longo de sua duração.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

b. Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é aquele no qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

c. *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infra-estrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

- Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.
- Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e auto seguro.

d. *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Os principais elementos mitigadores do risco de crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito.
- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o Cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

e. *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.
- Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado, de enxugamento sistêmico de liquidez.

Gestão de capital

A Gestão de capital da Companhia é realizada de forma a garantir, a qualquer momento, a sustentabilidade financeira da Companhia por meios próprios. Contribuem de forma decisiva nesta gestão a alta previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais, decorrentes dos contratos de longa duração, e a natureza própria de baixa sazonalidade no negócio.

Neste sentido, busca-se garantir que a todo momento, que o fluxo de caixa operacional da Companhia, somado aos recursos provenientes da venda de carros, sejam iguais ou superiores ao serviço do endividamento, incluindo pagamentos de juros e principal.

Desta forma, o financiamento para crescimento de frota é dimensionado pela soma do fluxo de caixa operacional (incluindo o fluxo de caixa de venda de veículos) e por novas linhas de financiamento, deduzidas dos pagamentos correntes de dívida.

A Companhia busca manter sempre alternativas de novas linhas de financiamento de modo a suportar seu plano de crescimento.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e do exercício de 2014 é apresentada a seguir:

	30/09/2015	31/12/2014
Total do passivo circulante e não circulante	67.240	53.999
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	<u>(17.892)</u>	<u>(19.882)</u>
	<u>49.348</u>	<u>34.117</u>
Total do patrimônio líquido	<u>41.198</u>	<u>45.380</u>
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	120%	75%

Abaixo demonstramos a exposição líquida ao final do trimestre:

	30/09/2015	31/12/2014
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos financeiros e consórcios a pagar - Dívida bruta	63.698	51.796
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	<u>(17.892)</u>	<u>(19.882)</u>
Dívida líquida	<u>45.806</u>	<u>31.914</u>

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para trimestres a iniciar após 1º de janeiro de 2015 ou em exercícios futuros e, não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para trimestres iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada.

A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 terá nas informações trimestrais e na suas divulgações anuais. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações intermediárias da Companhia:

- *Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida pelo CPC.

9 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento de locação de veículos como o único segmento operacional, baseando-se nos relatórios utilizados pelo Conselho de Administração para a tomada de decisões estratégicas.

A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como única unidade de negócio para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

O negócio da Companhia é locação de veículos. Como parte de seu programa de renovação de veículos, a Companhia aliena seus carros desativados ao término do contrato celebrado com o cliente, por meio de revendedores e de parceiros lojistas.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	172	70
Aplicações financeiras	<u>12.742</u>	<u>9.899</u>
	<u><u>12.914</u></u>	<u><u>9.969</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificados de Depósito Bancários (CDB) remunerados a aproximadamente 100,0% do Certificados de Depósito Interbancários (CDI-C) (100,5% em 2014).

11 Aplicações financeiras de uso restrito

	30/09/2015	31/12/2014
Circulante	882	6.608
Não circulante	4.096	3.305
	4.978	9.913

Referem-se a Certificados de depósitos bancários (CDB's), que na data do balanço patrimonial não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função de taxa de juros, mensuradas ao valor justo. Essas aplicações são remuneradas a aproximadamente 100% do CDI em 30 de setembro de 2015 e dezembro de 2014, e estão vinculadas aos empréstimos associados (garantidoras), conforme divulgação na nota explicativa 18.

12 Contas a receber de clientes

	Circulante		Não circulante		Total	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Locação de veículos	7.419	6.047	608	1.344	8.027	6.655
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.188)	(495)	-	(390)	(1.188)	(885)
	6.231	5.552	608	954	6.839	5.770

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	30/09/2015	31/12/2014
À Vencer	3.935	3.665
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	615	1.606
De 61 a 90 dias	127	85
De 91 a 180 dias	281	265
Acima de 180 dias	3.069	1.770
	8.027	7.391

Os contas a receber “Não circulante” é composto por faturas a receber dos clientes que estão em processo de cobrança judicial em que a Companhia não possui expectativa de realização dentro do prazo de um ano da data base do balanço patrimonial.

De acordo com a opinião dos advogados que patrocinam tais ações, as chances de recuperação dos montantes faturados existem, tendo em vista a solidez financeira das empresas em questão.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, houve um complemento na provisão líquida no valor de R\$ 303 para títulos vencidos acima de 180 dias.

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no circulante ficou conforme demonstrado abaixo:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2014	(495)	(390)
Reversão da provisão	135	390
Constituição da provisão	(828)	-
Saldo em 30/09/2015	(1.188)	-

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas de realização de créditos.

Adicionalmente, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia efetuou a baixa de créditos considerados incobráveis no montante de R\$ 736 registrados no resultado do período.

13 Veículos em desativação para renovação da frota

	31/12/2014	Provisão para perda	30/09/2015	Transfer. de veículos ⁽¹⁾	Total
	Saldos		Baixas		
Custo	2.320	-	(22.777)	25.497	5.040
Depreciação acumulada	(531)	-	5.212	(5.943)	(1.262)
	1.789	-	(17.565)	19.554	3.778

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto a realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

(1) Transferência de veículos no imobilizado.

14 Despesas antecipadas

	30/09/2015	31/12/2014
1º emplacamento	1.007	564
IPVA / DPVAT e Licenciamento de veículos	477	-
Outros	260	301
	1.744	865
Circulante	1.444	751
Não circulante	300	114

As despesas antecipadas com IPVA, DPVAT e Licenciamento são despesas incorridas no início do exercício e que são apropriadas ao resultado no prazo de 12 meses, ou imediatamente, quando ocorre a baixa do veículo.

As despesas antecipadas de 1º emplacamento são apropriadas ao resultado no prazo médio de 24 meses, devido à natureza dos contratos de locação.

As demais despesas antecipadas são apropriadas de acordo com o seu prazo de vigência.

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Balanço patrimonial

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos períodos comparativos:

	30/09/2015			31/12/2014		
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Líquido
Prejuízo fiscal e Base negativa de IRPJ e CSLL	12.809	-	12.809	10.446	-	10.446
Ajuste de arrendamento financeiro	-	(8.060)	(8.060)	-	(6.752)	(6.752)
Ajuste de depreciação	-	(2.588)	(2.588)	-	(2.588)	(2.588)
Outras adições temporárias	625	-	625	342	-	342
(-) Parcela não reconhecida	(2.073)	-	(2.073)	-	-	-
	11.361	(10.648)	713	10.788	(9.340)	1.448

O ativo é composto de prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL e outras diferenças temporárias, representadas por provisões para créditos de liquidação duvidosa, perda do valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota e contingências.

A Companhia, na expectativa de gerar lucro tributável suficiente para compensar o imposto diferido ativo integralmente nos próximos anos, reconhece em suas informações trimestrais o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de impostos de renda e contribuição social. Com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos próximos 9 anos.

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil econômica e as taxas fiscais.

b. Resultado do exercício

A despesa de impostos diferidos reconhecida no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 é de R\$ 735 (despesa de R\$ 561 em 30 de setembro de 2014).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no resultado têm a seguinte origem:

	30/09/2015	30/09/2014
Ativo não circulante		
Outras diferenças temporárias	833	(322)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	853	6.480
	1.686	6.158
Passivo não circulante		
Ajuste de depreciação	-	-
Ajuste de arrendamento mercantil	(3.847)	(7.808)
	(3.847)	(7.808)
Total	(2.161)	(1.650)
Alíquota imposto de renda (25%)	(540)	(413)
Alíquota contribuição social (9%)	(195)	(149)
	(735)	(561)

16 Imobilizado

a. Movimentação do custo

	31/12/2014		30/09/2015			
	Saldos	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação ¹	Total
Veículos operacionais	72.301	116	(557)	34.243	(25.497)	80.606
Equipamentos de informática e telefonia	164	41	-	-	-	205
Máquinas e equipamentos	778	66	-	-	-	844
Móveis e utensílios	107	-	-	-	-	107
Benfeitorias	139	-	-	-	-	139
Imobilizações em curso	4.968	33.035	-	(34.243)	-	3.760
Adiantamentos de consórcio	319	62	(135)	-	-	246
	78.776	33.320	(692)	-	(25.497)	85.907

b. Movimentação da depreciação acumulada

	Taxa de Depreciação ²	31/12/2014		30/09/2015		Total
		Saldos	Adições	Baixas	Transfer. para Renovação ¹	
Veículos operacionais	11%	(10.960)	(5.383)	393	5.943	(10.007)
Equipamentos de informática e telefonia ³	10-20%	(60)	(17)	-	-	(77)
Máquinas e equipamentos	10%	(207)	(87)	-	-	(294)
Móveis e utensílios	10%	(30)	(8)	-	-	(38)
Benfeitorias	10%	(36)	(11)	-	-	(47)
		<u>(11.293)</u>	<u>(5.506)</u>	<u>393</u>	<u>5.943</u>	<u>(10.463)</u>
Provisão para perdas e roubos		-	(362)	-	-	(362)
Imobilizado líquido		<u>67.483</u>	<u>27.452</u>	<u>(299)</u>	<u>(19.554)</u>	<u>75.082</u>

- (¹) Transferência de desativação para renovação de frota.
- (²) Taxa de depreciação anual utilizada para determinar a vida útil de cada item do ativo, conforme nota 5, item c., subitem (iii).
- (³) Foram considerados os prazos de 5 anos para equipamentos de telefonia e 10 anos para equipamentos de informática.

c. Veículos arrendados

A Companhia arrenda veículos sob uma série de acordos de arrendamentos financeiros, cujas obrigações de arrendamento estão divulgadas na nota explicativa 18. Em 30 de setembro de 2015, o valor contábil residual dos veículos arrendados era de R\$ 1.576 (R\$ 11.846 em 31 de dezembro de 2014).

Os contratos de arrendamento mercantil destinam-se exclusivamente à aquisição de veículos que serão locados em contratos de longa duração (prazos usuais entre 24 e 36 meses). O total de pagamentos contingentes é imaterial, não há condições de opções de renovação ou de compra e cláusula de reajustamento. Não há também, nos referidos contratos, restrições impostas por acordos de arrendamento mercantil.

d. Garantias

Em 30 de setembro de 2015, o equivalente a 96% da frota total da Companhia de 2.772 veículos (88% de 2.282 veículos em 31 de dezembro de 2014) é garantidora de empréstimos bancários, financiamentos e arrendamentos financeiros cujo valor residual líquido monta R\$ 75.090 (R\$ 65.426 em setembro de 2014).

17 Fornecedores

	30/09/2015	31/12/2014
Montadoras	516	50
Fornecedores diversos	832	699
	<u>1.348</u>	<u>749</u>

18 Empréstimos e financiamentos

O perfil do endividamento da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 estão resumidos nos quadros abaixo:

30 de setembro de 2015								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de Vcto	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m	1,41 a.m	2016	818	-	818	6,2%
Giro (Pós)	R\$	0,34 a.m + CDI	0,47 a.m + CDI	2019	3.989	7.416	11.405	85,9%
Arrendamento financeiro (Pós)	R\$	0,28 a.m + CDI	0,45 a.m. + CDI	2017	611	440	1.051	7,9%
					5.418	7.856	13.274	
Custos de empréstimos e financiamentos					(234)	-	(234)	
Total					<u>5.184</u>	<u>7.856</u>	<u>13.040</u>	

31 de dezembro de 2014								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de Vcto	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,35 a.m	1,35 a.m	2016	9	-	9	0,02
Giro (Pré)	R\$	0,88 a.m	1,35 a.m	2017	12.993	6.602	19.595	37,75
Giro (Pós)	R\$	0,2499 a.m + CDI	0,59 a.m + CDI	2017	17.335	8.665	26.000	50,09
Arrendamento financeiro (Pós)	R\$	0,27 a.m + CDI	0,44 + CDI a.m	2017	5.087	1.216	6.303	12,12
					35.424	16.483	51.907	100
Custos de empréstimos e financiamentos					(447)	(456)	(903)	
Total					<u>34.977</u>	<u>16.027</u>	<u>51.004</u>	

Combinados, empréstimos, financiamentos, debêntures e consórcios (vide notas explicativas 20 e 21) compõem a dívida bruta de R\$ 63.698 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 51.796 em 31 de dezembro de 2014).

a. Garantias

Os empréstimos são garantidos por veículos na modalidade arrendamento financeiro e composição de veículos, conforme divulgado na nota explicativa 16 e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. Em 30 de setembro de 2015, do total do endividamento bruto R\$ 63.698, equivalente a 97% eram garantidos por alienação fiduciária de veículos (R\$ 57.555, 85% em 31 de dezembro de 2014).

b. Cláusulas contratuais

Em 4 de agosto de 2014, a Companhia contratou linha de crédito junto ao Banco Panamericano CCB no valor principal de R\$ 5.619, com vencimento final em 4 de agosto de 2017, a qual durante o prazo de vigência, está sujeita ao cumprimento trimestral de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, exigíveis a partir de 31 de dezembro de 2014, tendo por base as informações contábeis trimestrais não auditadas e as demonstrações financeiras anuais auditadas em 31 de dezembro.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros são apresentados a seguir:

Condição contratual	Restrição	Realizado
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA (acumulado últimos 12 meses)	< 5,0	2,86
(ii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo Patrimônio líquido	< 4,0	1,11

As divulgações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, estão na nota explicativa 30.

19 Passivos de arrendamentos financeiros

Os passivos de arrendamentos financeiros compreendem somente os valores relacionados a veículos, os quais foram arrendados com cláusula de transferência ao final do contrato por um valor significativamente menor do que o valor de mercado. Esses contratos não possuem cláusulas de renovação.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 não foram adquiridos veículos em arrendamento financeiro. Em 30 de setembro de 2015 a Companhia possuía 63 veículos dados em garantia em operações de arrendamento financeiro (330 veículos em 31 de dezembro de 2014).

Os contratos de arrendamentos financeiros são efetuados as taxas pré - fixadas com parcelas fixas e pós - fixadas com parcelas variáveis até o período do contrato. Os veículos adquiridos através de arrendamento são objeto de arrendamento operacional junto a seus clientes que podem ser rescindidos, a qualquer tempo, por ambas as partes, mediante aviso formal.

Os vencimentos destas obrigações estão distribuídos, como segue:

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Menos de um ano	752	5.649	(141)	(562)	611	5.087
Entre um e cinco anos	467	1.338	(27)	(122)	440	1.216
	1.219	6.987	(168)	(684)	1.051	6.303

20 Debêntures a pagar

	30/09/2015	31/12/2014
Debêntures a pagar	53.766	-
(-) Custos de transação para emissão de debêntures	(3.108)	-
	50.658	-
Circulante	11.646	-
Não circulante	39.012	-

Em 30 de janeiro de 2015 a Companhia realizou a primeira emissão de 620 debêntures simples não conversíveis em ações, junto ao agente fiduciário Pentágono S/A, e estruturada pelo Banco Modal no montante total de R\$ 62.000, com remuneração anual de CDI + 4,17%, tendo sido efetivamente subscrito o valor de R\$ 61.230.

As debêntures não possuem carência para amortização dos juros e do saldo devedor, sendo os mesmos amortizados em 60 meses a partir do 1º dia de junho, com parcelas iguais a 1,66% do saldo devedor. O término das amortizações está previsto para 30 de janeiro de 2020.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros são apresentados a seguir:

Condição contratual	Restrição	Realizado
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA (acumulado últimos 12 meses)	< 5,0	2,86
(ii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo Patrimônio líquido	< 3,25	1,11
(iii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo Frota total líquida	< 0,85	0,59

21 Consórcios a pagar

	30/09/2015	31/12/2014
Circulante	-	658
Não circulante	-	134
	<u>-</u>	<u>792</u>

22 Provisão para contingências

A Companhia está sujeita a ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	30/09/2015	31/12/2014
Contingências cíveis	<u>112</u>	<u>112</u>

A Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a contingências cíveis possíveis, com base em informações de seus assessores jurídicos, em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 1.067.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, cujas movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Saldos em 31/12/2014	Constituição	Reversões	Saldos em 30/09/2015
Cíveis	112	-	-	112
Depósitos judiciais	(126)	-	1	(125)
	(14)	-	1	(13)

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é constituído de 1.733.988 ações ordinárias, representando o capital social de R\$ 51.735 (R\$ 51.135 em 31 de dezembro de 2014). As ações não possuem valor nominal, e os titulares têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

Em 30 de janeiro de 2015 os acionistas fundadores (Fábio Lewkowicz, Alan Lewkowicz, Natalie Lewkowicz Rivkind, bem como a Holding Lewco, por eles controlada) realizaram a integralização de R\$ 600, totalizando 1.733.988 ações integralizadas com capital subscrito de R\$ 51.735.

A composição acionária ficou da seguinte forma:

	30/09/2015			31/12/2014		
	%	Quantidade de ações	Capital Integralizado	%	Quantidade de ações	Capital Integralizado
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes <i>Stratus Fleet</i>	45%	780.687	22.752	45%	780.687	22.752
Stratus SCP Brasil FIP	31%	541.119	15.770	31%	541.119	15.770
Lewco Participações e Administração Ltda.	2%	29.629	864	2%	29.629	864
Stratus Investimentos Ltda.	1%	12.249	357	1%	12.249	357
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	21%	370.304	11.992	21%	370.304	11.392
		1.733.988	51.735		1.733.988	51.135

b. Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de

administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

c. Distribuição de dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei, ressalvada as hipóteses previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, em lei e neste Estatuto compensados os dividendos semestrais e intermediários e/ou intercalares que tenham sido eventualmente declarados no trimestre.

O Conselho de Administração poderá, quando julgar conveniente, mandar levantar balanços semestrais e em período menores, e, com base nos referidos balanços, declarar dividendos a conta de lucros apurados, bem como declarar dividendos intermediários a conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço, semestral ou intercalar. Observada as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas mediante proposta da Diretoria e aprovação do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

24 (Prejuízo) lucro por ação

O (prejuízo) lucro por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de (prejuízo) lucro por ação para os trimestres findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 (em milhares de valores por ação e quantidade de ações):

Básico e diluído	30/09/2015	30/09/2014
Numerador		
(Prejuízo) lucro líquido do período	(4.782)	1.396
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.734	1.497
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação ordinária	R\$ (2,76)	R\$ 0,93

25 Receita líquida

Abaixo apresentamos a receita líquida, por natureza, apresentada na demonstração de resultado do período:

Descrição	30/09/2015	30/09/2014
Locação de veículos	26.115	23.712
Venda de veículos	17.804	9.566
	<u>43.919</u>	<u>33.278</u>

Abaixo demonstramos a receita bruta menos as deduções de vendas:

Descrição	30/09/2015	30/09/2014
Receita bruta	46.584	36.044
Menos:		
Impostos sobre serviços e vendas	(2.662)	(2.243)
Devoluções	(3)	(523)
	<u>43.919</u>	<u>33.278</u>

26 Custo de locação e venda de veículos

Descrição	30/09/2015	30/09/2014
Custos de manutenção	(10.481)	(7.720)
Custos com depreciação	(5.383)	(5.561)
Provisão para redução ao valor recuperável de veículos	-	(98)
Custos dos veículos vendidos	(17.522)	(9.686)
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	1.775	1.336
	<u>(31.611)</u>	<u>(21.729)</u>

27 Despesas administrativas e gerais

Descrição	30/09/2015	30/09/2014
Despesas com pessoal	(4.121)	(2.959)
Serviços de terceiros	(1.779)	(958)
Despesas com ocupação	(1.310)	(512)
Despesas gerais	(530)	(11)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(303)	(331)
Baixa de contas a receber incobráveis	(736)	-
Despesas com depreciação e amortização	(327)	(237)
Despesas de comunicação	(17)	(28)
Recuperação (despesas) de manutenção	65	(8)
Ressarcimento de sinistros/seguros	798	437
Impostos sobre outras receitas	(327)	(3)
Receita de taxa de administração sobre multas	50	-
Recuperação de despesas de manutenção	1.144	-
Outras receitas (despesas) operacionais	403	(17)
	<u>(6.990)</u>	<u>(4.627)</u>
Administrativas e gerais	(9.123)	(4.613)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.133	(14)

28 Resultado financeiro

Despesas financeiras	30/09/2015	30/09/2014
Juros passivos	(4.171)	(6.338)
Juros de debêntures	(6.528)	-
Despesas bancárias e IOF	(2.240)	(559)
Total	(12.939)	(6.897)
Receitas financeiras	30/09/2015	30/09/2014
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.070	1.876
Juros ativos	504	56
Total	3.574	1.932

29 Partes relacionadas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a remuneração total dos Administradores foi de R\$ 914 (R\$ 403 em 30 de setembro de 2014), a título de remuneração fixa. Não houve pagamento de bônus ou qualquer outro tipo de remuneração variável no período do trimestre e não houve qualquer outra transação na Companhia envolvendo partes relacionadas.

30 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das informações trimestrais foi:

	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	17.892	19.882
Contas a receber de clientes	6.839	6.506
Outras contas a receber	916	335
	<u>25.647</u>	<u>26.723</u>

b. Riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	30/09/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos, debêntures e consórcios a pagar	63.698	51.796
Fornecedores	1.348	749
Outras contas a pagar	1.309	437
	<u>66.355</u>	<u>52.982</u>

Não são esperados que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2015:

	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos, debêntures e consórcios a pagar	63.698	18.681	34.494	27.705	80.880
Fornecedores	1.348	1.348	-	-	1.348
Outras contas a pagar	1.309	1.309	-	-	1.309
	<u>66.355</u>	<u>21.338</u>	<u>34.494</u>	<u>27.705</u>	<u>83.537</u>

c. Classificação e valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	172	172	70	70
Contas a receber de clientes	6.839	6.839	6.506	6.506
Outras contas a receber	916	916	335	335
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	12.742	12.742	9.899	9.899
Aplicações financeiras de uso restrito	4.978	4.978	9.913	9.913
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos, debêntures e consórcios a pagar	63.698	63.698	51.796	51.796
Fornecedores	1.348	1.348	749	749
Outras contas a pagar	1.309	1.309	447	447

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Aplicações financeiras de uso restrito** - São definidos como ativos de uso restrito, pois estão vinculados diretamente a dívidas da Companhia. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Contas a receber de clientes, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado

e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.

- **Empréstimos, financiamentos, debêntures e consórcios a pagar** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Divulgações adicionais sobre gerenciamento de risco financeiro estão efetuadas na nota explicativa nº 7.

d. Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem em seu endividamento de 30 de setembro de 2015, operações de swap ou qualquer outro derivativo contratado.

Análise de sensibilidade

Do passivo total, 95% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Para 30 de setembro de 2015, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 25% e 50%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar base de Selic de 14,25%.

Considerando que as aplicações também são indexadas ao CDI, o efeito líquido patrimonial e sobre o resultado, nos cenários de stress, está demonstrado no quadro abaixo:

	Cenários		
	Base	I	II
Taxa de juros	14,25%	17,81%	21,38%
Varição em relação ao cenário base	-	25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	(66.223)	(78.019)	(80.378)
Aplicações indexadas ao CDI	17.720	20.878	21.507
Efeito na exposição patrimonial	(48.503)	(57.143)	(58.871)
Efeito líquido no resultado	-	(8.640)	(10.368)

e. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e

se esses preços representam transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Títulos Patrimoniais** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

	Saldo contábil	Valor justo em 30 de setembro de 2015		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	12.742	-	12.742	-
Aplicações financeiras de uso restrito	4.978	-	4.978	-

	Saldo contábil	Valor justo em 31 de dezembro de 2014		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	9.899	-	9.899	-
Aplicações financeiras de uso restrito	9.913	-	9.913	-

Os empréstimos e financiamentos e as debêntures estão registrados pelo custo amortizado, no entanto, a divulgação de valor de mercado se classifica no nível II da hierarquia do valor justo.

31 Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

Ativos Segurados	Modalidades	30/09/2015
Veículos administrativos	Cobertura total (Danos materiais)	880
Veículos administrativos	Cobertura total (Danos Corporais)	1.760
Predial	Cobertura total (Danos materiais)	1.290

Em 8 de janeiro de 2015, a Companhia contratou um seguro de responsabilidade civil em benefício de seus administradores (seguro D&O), com validade de um ano.

O seguro garante o pagamento de prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os administradores em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados no trimestre de suas atribuições na administração e gestão da Companhia. A apólice prevê como limite máximo, garantia R\$ 10.000 e um prêmio líquido total de R\$ 19,3.

* * *

Carlos Alves
Diretor Financeiro

Dnalva Rocha dos Santos
Contadora CRC SP-296.885/O-0

Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados (“Companhia”) declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015

São Paulo, 13 de novembro de 2015.

Fabio Lewkowicz

Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves

Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

Monica Jorgino Marcondes

Diretora Superintendente

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados (“Companhia”) declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes sobre as informações trimestrais da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.

São Paulo, 13 de novembro de 2015.

Fabio Lewkowicz

Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves

Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

Monica Jorgino Marcondes

Diretora Superintendente